

Tales Faria

COP30 vira alvo do centrão

A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva (Rede), e a 30ª Conferência da ONU sobre o Clima (COP-30) entraram na linha de tiro da guerra no Congresso entre caciques do centrão e o governo.

Na próxima quinta-feira, 16, às vésperas da Conferência que ocorrerá na Amazônia, poderão ser derrubados os vetos ao projeto de licenciamento ambiental que Marina convenceu o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) a assinar em agosto.

Na quinta-feira é quando o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), agendou a sessão do Congresso para votação do veto. A expectativa é de que já se tenha ampla maioria pela derrubada, que só não ocorrerá se Alcolumbre adiar a votação, conforme o Palácio do Planalto tenta convencê-lo.

Mas o problema é que a pressão contra os vetos aumentou sensivelmente no Congresso.

O motivo foi o fato de Lula ter decidido exonerar funcionários indicados para cargos de chefia no Executivo pelo centrão. As demissões foram deflagradas após a derrubada, na semana passada, da Medida Provisória 1.303/2025.

Parlamentares do centrão que eram considerados integrantes da base governista votaram contra a MP que aumentava o Im-

posto sobre Operações Financeiras (IOF),e outras taxas sobre fintechs e bets.

A ministra-chefe das Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, classificou as demissões como um “reordenamento da base governista”. Ela argumentou que quem não está “sendo leal” ao governo “não tem por que ficar”.

As demissões e a explicação de Gleisi levaram parte dos parlamentares do centrão contrários à MP - mas que se consideravam integrantes da base governista - a se aliar à oposição para reagir contra o governo. O grupo juntou-se aos que já eram contra os ambientalistas liderados por Marina Silva e formaram maioria para a derrubada dos vetos.

A oposição aos ambientalistas no Congresso é chefiada informalmente pelo próprio Davi Alcolumbre. Conta com o apoio de líderes expressivos ligados ao governo, como, por exemplo, o líder do PSD no Senado, Omar Aziz (AM). Ele já declarou publicamente que votará pela derrubada do veto.

O projeto de licenciamento ambiental aprovado pelo Congresso tem quase 400 dispositivos e é considerado pelo ambientalistas como um instrumento de fragilização das regras de licenciamento e de fiscalização.

A pedido de Marina Silva, Lula vetou 63 itens, de olho na proximidade da COP-

30, que será realizada em Belém (PA), em novembro.

Os vetos do presidente visam, segundo o Palácio do Planalto, evitar a implementação da licença automática, reforçar a proteção de áreas sensíveis e garantir a exigência de estudos de impacto ambiental inclusive para projetos considerados prioritários.

Para a oposição e a bancada ruralista, a flexibilização do licenciamento ambiental destrava investimentos e permite a execução de obras de infraestrutura embargadas por ambientalistas.

O caciques do centrão classificam a derrubada do veto como apenas um dos rounds das brigas que pretende travar com o governo no Congresso daqui para frente, até as eleições de 202.

O presidente Lula e os articuladores políticos do Palácio do Planalto, no entanto apostam nas dissidências dentro dos partidos do centrão e até mesmo no PL.

A avaliação do governo é de que Lula tem forte apoio de políticos do centrão, especialmente no Norte no Nordeste, e que esse apoio deverá crescer à medida em que aumente a popularidade do presidente da República.

Seja lá como for, os próximos meses deverão trazer fortes emoções no Congresso.

Dora Kramer*

Fazer oposição não é traição

Ninguém precisa ensinar a Luiz Inácio da Silva (PT), presidente três vezes, que governar é uma coisa e fazer campanha é outra, embora ele insista em exercer as duas atividades como se fossem a mesma coisa.

Ele se vale de dois fatores: a habilidade de candidato e a benevolência mais ou menos geral decorrente da memória do mito do operário que virou chefe da nação. Mas há momentos, e este está com jeito de ser agora, em que é preciso fazer escolhas.

Governistas dizem nos bastidores que, depois da derrota da semana passada na Câmara, Lula quer recompor a base de apoio parlamentar. Ao mesmo tempo, presidente e ministro da Fazenda vão aos microfones praticamente chamar os congressistas de traido-

res da pátria.

Pois tem algo de paradoxal aí. Ou bem o presidente pretende reatar relações produtivas com os parlamentares ou o candidato segue a estratégia de tratá-los como adversários para ganhar pontos com a população corretamente irritada com condutas e decisões inaceitáveis num Legislativo que se preze.

A derrubada de uma MP além de não ser fato inédito é prerrogativa assegurada na Constituição. No caso específico, o governo já havia sido avisado de que aumento de impostos não passaria no Congresso. Isso foi desenhado em junho, na recusa do decreto de novas alíquotas para o IOF.

Presidente Lula e ministro Fernando Haddad (PT) trataram a questão como crime de

lesa-pátria. Na visão deles, a oposição inviabiliza o país por razões político-eleitorais.

Ninguém precisa ensinar ao PT o que é fazer oposição. Mas é bom recordar que a derrota dita lesiva foi sobre uma MP, enquanto os petistas, se maioria fossem há mais de 30 anos, o Plano Real teria sido rejeitado. Votaram contra, assim como fizeram com a privatização das telecomunicações. Só para citar dois pontos que de fato prejudicariam o Brasil, se prevalecesse a ótica do atraso.

Mas, tudo bem, assim é. Portanto, o governo não pode sonhar com a unanimidade e reverência de todos porque isso não é do embate democrático.

*Jornalista e comentarista de política

Aristóteles Drummond

Lembrança de Luís Roberto Barroso de jurista inesquecível

Nelson Diz foi um procurador do Estado da Guanabara e do Rio de Janeiro relevante em seu tempo. Professor da Universidade do Estado, depois de aposentado foi diretor jurídico da Souza Cruz e, nos últimos anos de vida, atuou no escritório que dividia com Luís Roberto Barroso e Carmen Tiburcio, os mais importantes pareceristas da época.

Quando completou meio século de formado, seu amigo, admirador e companheiro de escritório Luís Roberto Barroso, e a admiração era recíproca, publicou um livro sob o título “Democracia e Constituição”, que vale ser lembrado pelo valor dos conceitos ali emitidos pelo saudoso jurista. Nelson tinha a admiração do governador Negrão de Lima a tal ponto que deixou em testamento a ele sua biblioteca jurídica e o encarregou de adaptar a Constituição estadual a Carta de 69, pois a Assembleia do Rio estava em recesso pelo Ato-5.

Entre os trabalhos selecionados pelo hoje ministro do STF Luís Roberto Barroso, alguns merecem comentários. Um deles

é a crítica à decisão do STF sobre a cláusula de barreira que foi derrubada, apesar de ter sido anteriormente aprovada pelo mesmo colegiado e contar com observações lúcidas, como a que transcreve do grande ministro Carlos Velloso.

Outra abordagem muito correta foi quanto ao frequente desrespeito à privacidade do cidadão quanto a seu Sigilo bancário e fiscal. A facilidade com que se invade e divulga dados da maior intimidade e privacidade do cidadão não coincide com a democracia e muito menos com a tradição das cartas anteriores. A situação evoluiu para pior. Esta história de dificultar e questionar saques superiores a dez mil reais iguala o cidadão honrado a um sonegador, traficante ou lavador de dinheiro, que não deve corresponder a 1% dos correntistas dos bancos; considerado ato abusivo internacional hoje. Antigamente se dizia que os dois segredos maiores do cidadão eram a sua vida bancária e a declaração à Receita Federal. Hoje quem tiver dólares em casa, mesmo que declarados, o numerário é apreendido e divul-

gado como se fosse algo ilegal. A invasão de privacidade é atentatória ao estado democrático de direito, pois o contribuinte pode fazer o que bem entender com sua poupança, desde que dentro da legislação que regula o mercado de capitais. Nenhuma lei impede de se ter dinheiro vivo em casa, ou em cofre bancário, em moeda nacional ou estrangeira, desde que declarado e com origem lícita.

Nelson Diz não deixou herdeiros, mas atendeu aos que o assistiram nos anos em que conviveu com graves problemas de saúde, que não afetaram sua inteligência lúcida e sua personalidade de homem generoso e intrinsecamente bom. Amante das artes e colecionador respeitado, deixou relevante doação de obras de Iberê Camargo para o Museu de Porto Alegre, que deu seu nome ao hall de entrada do prédio projetado pelo grande arquiteto português Siza Vieira.

Tem gente de muita qualidade discreta, longe dos holofotes, mas lembradas e admiradas pelos seus contemporâneos. Nelson Diz foi um deles.

EDITORIAL

Crianças e a Guerra

Nos anos 1960, uma fabricante de brinquedos se juntou a uma empresa de cosméticos em uma campanha publicitária que popularizou o 12 de outubro como o Dia das Crianças no Brasil. Coincidentemente, a data também marca a celebração da padroeira do país, Nossa Senhora Aparecida.

Enquanto, aqui, o Dia das Crianças é sinônimo de presentes, parques cheios e promoções coloridas, no vizinho Paraguai a data tem um clima de lembranças e reflexões. A diferença não está só na data — lá, a comemoração ocorre em 16 de agosto —, mas também nas motivações.

Para os paraguaios, não se trata de uma comemoração inventada por uma jogada publicitária que, em algum momento, convenceu o país de que a infância se mede por brinquedos. Trata-se de um dia utilizado para lembrar das centenas de crianças que foram à guerra e não voltaram.

A história é antiga, mas o peso dela não envelhece. Em 1869, durante a Guerra do Paraguai, meninos e

adolescentes foram convocados para lutar na Batalha de Acosta Ñu. Tinham entre 9 e 15 anos — alguns, menos. Eram filhos de um país em ruínas, empurrados para defender o que restava de sua nação.

Naquele momento, Solano López acumulava derrotas enquanto era perseguido pelos aliados — formados por Brasil, Argentina e Uruguai. De um lado, o exército aliado de 20 mil homens, em sua maioria brasileiros; do outro, pouco mais de 3 mil jovens, mal armados e enfrentando o impossível. É consenso entre os historiadores que a função desses adolescentes era servir de escudo humano ao ditador paraguaio. Quando o combate terminou, o campo virou um cemitério infantil.

Para o Paraguai, o Dia das Crianças não é uma festa, mas uma memória. As escolas contam a história, os museus expõem retratos e o país se recorda de um dos dias mais tristes de sua existência. Entre um país que aprendeu a vender a infância e outro que aprendeu a chorá-la, há um abismo de significados.

Museu do Pontal resgata magia do circo

Nesse próximo fim de semana o Museu do Pontal, na zona Sudoeste do Rio, vai contar com dois espetáculos circenses. As atrações fazem parte da programação comemorativa “A Magia do Circo no Museu do Pontal”, que segue até o fim de outubro e, além de celebrar os pequenos, festeja os quatro anos da nova sede, na Barra da Tijuca. Toda a programação é gratuita.

Neste próximo sábado (18), às 16h, há o espetáculo Cantigas para todo dia, com Jessé Cabral, integrante dos Palhaços sem Fronteiras Brasil, que reúne circo, teatro e música. No domingo (19), às 16h, o artista Ricardo Gadelha traz os clássicos da palhaçaria no espetáculo Solo Protocolo.

Além disso, o público poderá conferir outras dez mostras que estão em cartaz no museu.

Em tempos cada vez mais

digitais, o circo promove a manutenção da cultura brasileira analógica. Com apresentações que surpreendem crianças e adultos, em que artistas exibem suas acrobacias e entretém a molecada com o caos da palhaçaria, o circo é uma arte cada vez mais necessária.

Dar espaço para celebrar essa arte tão tradicional no país em uma área nobre da cidade é uma ação de resgate e valorização cultural do Museu do Pontal, que vem se notabilizando por sua estrutura sensacional e uma programação cada vez mais criativa.

O Museu do Pontal é considerado o maior e mais significativo museu de arte popular do país. Seu acervo - resultado de 45 anos de pesquisas e viagens por todo país do designer francês Jacques Van de Beuque - é composto por mais de 9.000 peças de 300 artistas brasileiros, produzidas a partir do século XX.

Opinião do leitor

Crianças

Sonho com crianças governando o mundo. O ar seria infinitamente mais puro. As pessoas seriam mais felizes. O amor cantaria em todas as janelas. Ruas seriam tomadas por poetas. A vida bela, com saúde e alegrias, moraria em todos os corações.

Vicente Limongi Netto
Brasília - Distrito Federal

O CORREIO DA MANHÃ NA HISTÓRIA * POR BARROS MIRANDA



HÁ 95 ANOS: GOVERNO PROÍBE NAVEGAÇÕES NO PORTO DO RIO

As principais notícias do Correio da Manhã em 14 de outubro de 1930 foram: Governo proíbe a navegação no Porto e na Enseada do Rio à noite, sob risco de multa e prisão. Ministério da Agricultura organiza uma Comissão de Abastecimento para o território nacional.

Nova tabela de preços também deve ser respeitada nas feiras livres. Governo egípcio dissolve o Parlamento. Espanha em agitações nas ruas.

HÁ 75 ANOS: ALEMANHA OCIDENTAL EM CRISE POLÍTICA

As principais notícias do Correio da Manhã em 14 de outubro de 1950 foram: Getúlio Vargas chega a marca de 2 milhões de votos e Eduardo Gomes a de 1,1 milhão de votos. Tropas da ONU destroem porto na Coreia do Norte e sofrem ameaça da China Comunista. Alemanha Ocidental em crise política.

Correio da Manhã

Fundado em 15 de junho de 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929)
Paulo Bittencourt (1929-1963)
Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

Patrick Bertholdo (Diretor Geral)
patrickbertholdo@correiodamanha.net.br

Cláudio Magnavita (Diretor de Redação)
redacao@jornalcorreiodamanha.com.br

Redação: Gabriela Gallo, Ivo Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima

Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil

Projeto Gráfico e Arte: José Adilson Nunes (Coordenação) e Thiago Ladeira

Telefones (21) 2042 2955 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872

Whatsapp: (21) 97948-0452

Rio de Janeiro: Av. João Cabral de Mello Neto 850 Bloco 2 Conj. 520
Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057

Brasília: ST SIBSQuadra 2 conjunto B Lt.10 - Nucleo Bandeirantes
Brasília - DF CEP 71736-202

www.correiodamanha.com.br

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal.